



Videolar - Innova S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**

Videolar-Innova S/A

**Relatório da Administração em
31 de dezembro de 2025**

22/01/2026

Senhores (a) Acionistas (a),

A administração da Videolar-Innova S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025**, com suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

INVESTIMENTOS INTENSIVOS, MARGENS COMPRIMIDAS

O ano de 2025 transcorreu em torno da pauta de investimentos planejados mesmo sob o resfriamento da demanda pelo prolongado ciclo de baixa da indústria petroquímica mundial e a política monetária restritiva na economia nacional, com elevação da taxa básica de juros em 2,75 pontos percentuais, encerrando o período em 15% a.a.

Nesse contexto, a Companhia concluiu a compra da indústria Polo Films, por R\$ 596 milhões, à vista e com capital próprio, após a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

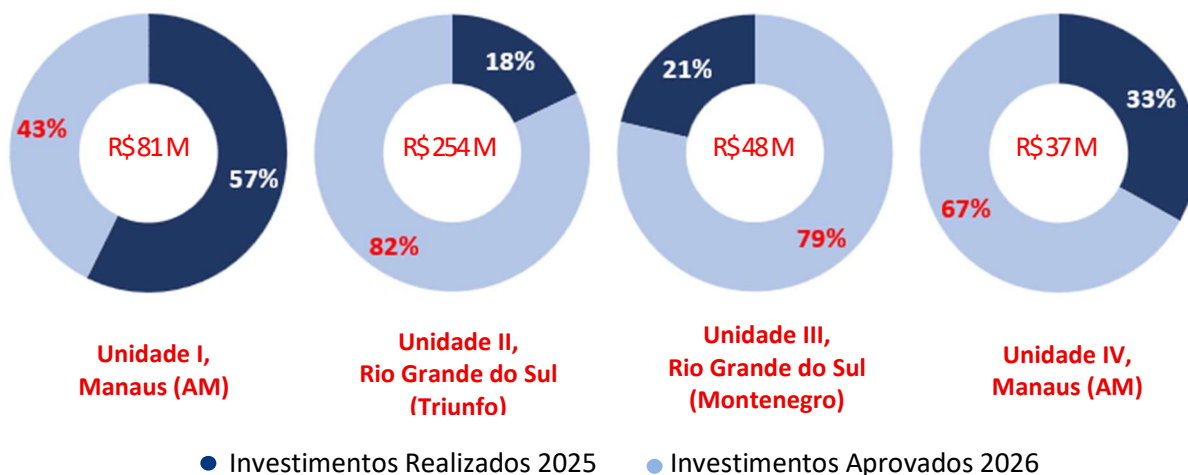
A Polo Films, situada em Montenegro (RS), fabrica os filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP), já produzidos desde 2012 pela Innova em Manaus (AM). No centro da economia, o BOPP é produzido com resina 100% reciclável, essencial à indústria de alimentos, presente nas suas embalagens para segurança, frescor e apelo visual.

A aquisição segue a mesma estratégia de posicionamento Norte e Sul já adotada pela Innova para as suas petroquímicas: proximidade com os clientes, flexibilidade e confiabilidade. Essa concepção se mostrou trunfo essencial para a plena manutenção do fornecimentos aos clientes durante os recentes eventos climáticos extremos, respectivamente no Rio Grande do Sul (Cheia) e Amazonas (Seca).



Polo Films, Montenegro (RS), Unidade III: filmes de polipropileno biorientado (BOPP).

INVESTIMENTOS DE R\$ 420 MILHÕES MAJORITARIAMENTE EM AMPLIAÇÃO DAS CAPACIDADES



PRINCIPAIS DESTAQUES



UNIDADE I, MANAUS (AM)

AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE TAMPAS PLÁSTICAS R\$ 35,0 MILHÕES

O projeto amplia a capacidade produtiva das tampas plásticas e aumenta sua eficiência pelo uso racional de recursos: peso das tampas reduzido de 2,50 g a 2,10 g, em linha com a demanda do mercado. Uma única resina é utilizada: o chamado produto monomaterial facilita reciclagem.



Unidade I, Manaus (AM): fabricação de tampas plásticas para águas minerais, sucos e refrigerantes.

EXPANSÃO INDUSTRIAL

R\$ 3,8 MILHÕES



Área de 35.174 m², colateral às atuais instalações Unidade I, terraplenada para a construção de futuras instalações industriais e ampliação da capacidade produtiva de BOPP e Laminados Plásticos.



UNIDADE II, TRIUNFO (RS)

CALDEIRA E 7 SILOS DE CASCA DE ARROZ: 300 TONELADAS/DIA DE RESÍDUOS GERAM ENERGIA LIMPA

R\$ 144,0 MILHÕES

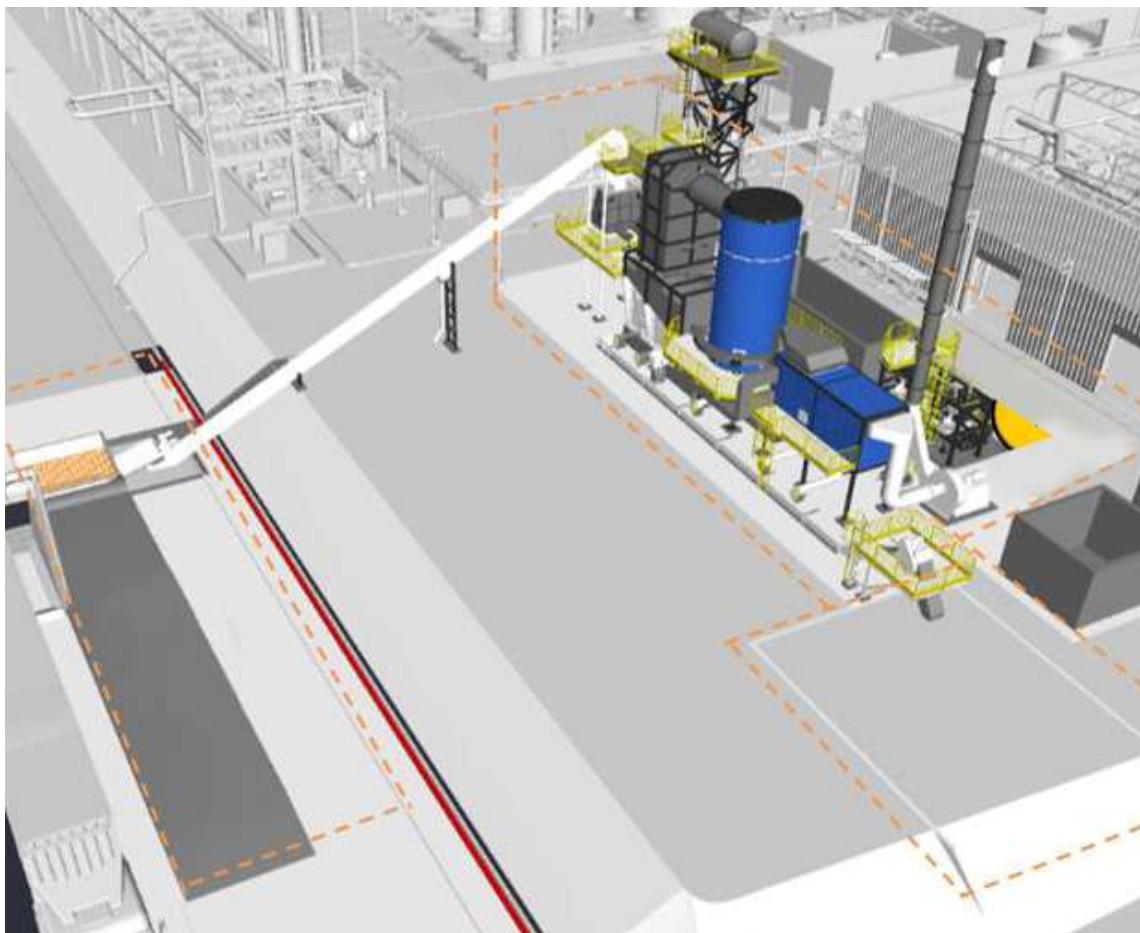
O investimento para a geração do vapor verde, energia renovável produzida a partir de cascas de arroz, trará redução relevante de custo operacional. E mais: reinsere na cadeia produtiva um elevado volume do resíduo da produção agrícola gaúcha desse cereal essencial.



FORNO MOVIDO À BIOMASSA PARA A FABRICAÇÃO DO POLIESTIRENO (PS)

R\$ 15,0 MILHÕES

A produção da resina poliestireno (PS) na petroquímica de Triunfo (RS), recebe um forno movido à biomassa, investimento de R\$ 15 milhões que substitui a matriz do gás natural pela opção verde dos resíduos florestais, com redução de 0,7 pontos percentuais nas emissões de CO₂ e economia anual de R\$ 3 milhões.





POLO, UNIDADE III, MONTENEGRO (RS)

NOVO ARMAZÉM LOGÍSTICO

R\$ 29,0 MILHÕES

Tão logo concluída a aquisição da Polo e seguindo a tradição da Companhia, foram anunciados os primeiros investimentos: R\$ 29 milhões na expansão do armazém logístico, com novo galpão de 7.500 m² em 20.000 m² terraplenados, já visando novas expansões que amplia a capacidade de estocagem de matéria prima e produto acabado para incremento no nível de serviços aos clientes.





UNIDADE IV, MANAUS (AM)

AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ECO-PS®

R\$ 3,0 MILHÕES

A petroquímica de Manaus (AM) recebeu investimentos na linha de produção do ECO-PS®, primeiro poliestireno brasileiro com até 30% de material pós-consumo (reciclado) em sua composição, preservando as propriedades mecânicas da resina virgem. O produto é destinado à novas aplicações amigáveis ao meio ambiente nas áreas de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, materiais de escritório e indústria em geral.

Há ainda, um vasto filão a ser explorado para a afirmação dessa resina: o das indústrias para embalagens de alimentos, com grande potencial de consumo e compromissadas com as iniciativas em circularidade. É necessário, todavia, que se cumpra o curso de aprovações em órgãos competentes.

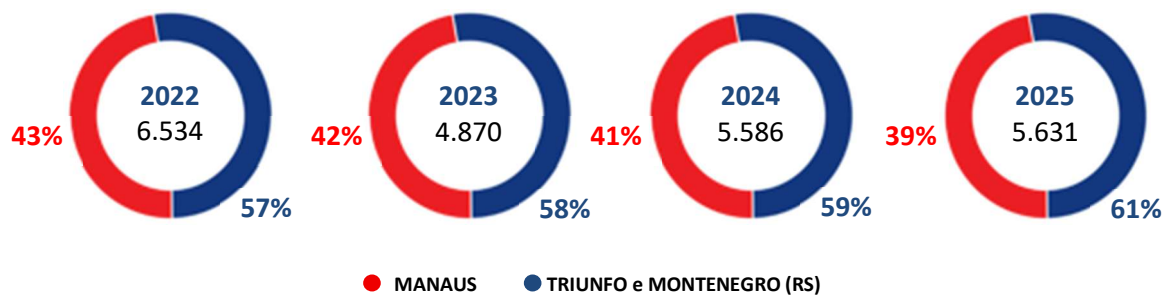
O ECO-PS® tem potencial para movimentar de forma crescente a cadeia da coleta seletiva, como já acontece em Manaus, num projeto conjunto da Innova com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Amazonas (ASCARMAN) e Fundação Amazônia Sustentável (FAS).

ECO-PS®

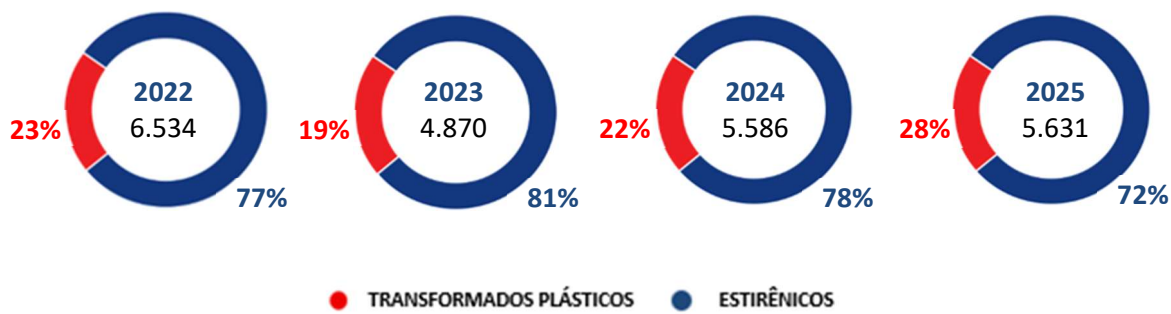


Lançado pela Companhia em Manaus, em 2019, a resina é hoje fabricada também na planta petroquímica de Triunfo (RS), seguindo a mesma estratégia de produção norte e sul do país.

FATURAMENTO BRUTO POR ORIGEM GEOGRÁFICA (R\$ MM)



FATURAMENTO BRUTO POR SEGMENTO (R\$ MM)



O valor de faturamento apresentado em 2025 reflete os saldos consolidados das empresas Videolar-Innova e Polo Films.

DISTRIBUIÇÃO DE VENDAS 2025

em proporção dos volumes (t) vendidos

SUDESTE	60%
SUL	18%
NORTE	10%
NORDESTE	5%
CENTRO-OESTE	1%
EXPORTAÇÃO	6%

NOSSAS POSIÇÕES ESTRATÉGICAS

UNIDADE I, MANAUS (AM)



- Filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP)
- Laminados plásticos em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP)
- Tampas plásticas para águas minerais, sucos e refrigerantes

UNIDADE IV, MANAUS (AM)



- Poliestireno Uso Geral (GPPS)
- Poliestireno Alto Impacto (HIPS)
- ECO-PS®

ESCRITÓRIO CENTRAL, ALPHAVILLE, BARUERI (SP)



- Comercial e Administração

UNIDADE II, TRIUNFO (RS)



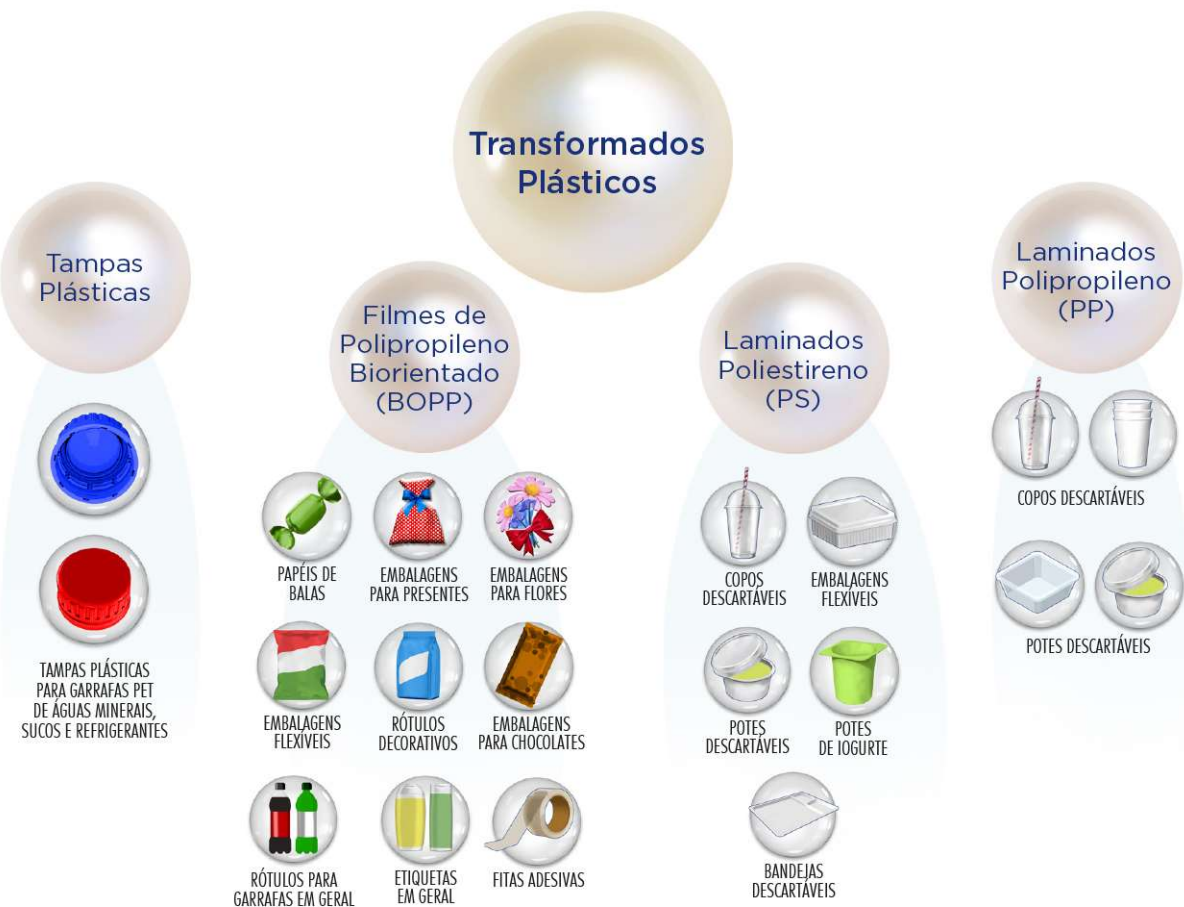
- Etilbenzeno (EB)
- Tolueno
- Monômero de Estireno (SM)
- Poliestireno Uso Geral (GPPS)
- Poliestireno Alto Impacto (HIPS)
- Poliestireno Expansível (EPS)
- ECO-PS®
- PS-3D
- Central de Geração de Vapor e Energia Elétrica (CGVE)
- Centro de Tecnologia em Estirênicos (CTE)

UNIDADE III, MONTENEGRO (RS): POLO FILMS



- Filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP)

O QUE FAZEMOS:



QUEM SOMOS HOJE E DE ONDE VIEMOS

A Innova é uma empresa brasileira, petroquímica e fabricante de transformados plásticos.

Na área petroquímica, atuamos no segmento de produtos estirênicos, fabricando o etilbenzeno (EB), o monômero de estireno (SM) e os poliestirenos uso geral (GPPS), alto impacto (HIPS) e expansível (EPS).

Na área da transformação plástica, fabricamos os filmes de polipropileno biorientado (BOPP), laminados em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP), bem como tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos e refrigerantes. Nossos produtos estão no centro da economia e da cadeia produtiva.

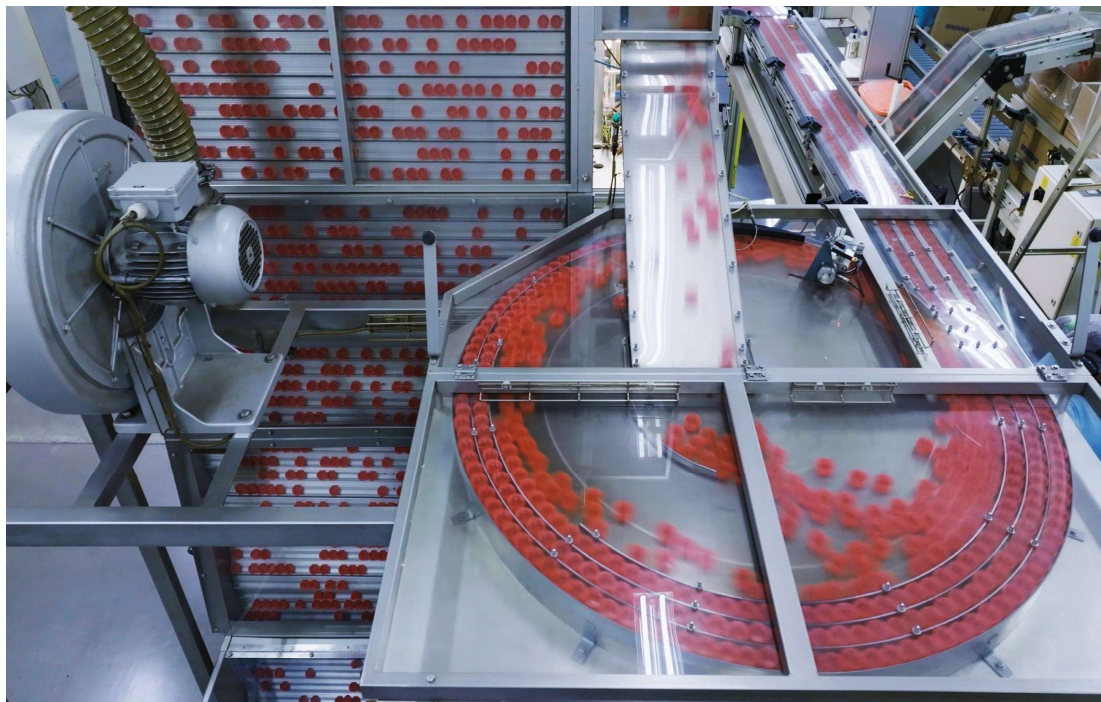
Nossas fábricas estão situadas estrategicamente: em Manaus (Amazonas), Triunfo e Montenegro (Rio Grande do Sul), esta última a Polo Films. Sempre próximas dos clientes, indústrias de norte a sul do país, e atingindo o mundo.

No DNA da Innova está a história de sua empresa originária, a Videolar, indústria de fabricação e gravação de mídias físicas: fitas de vídeo VHS, áudio cassetes, disquetes, pen drives, CDs, DVDs e Blu-ray.

No decorrer da trajetória da Videolar foi vislumbrada, ao final dos anos 90, a chance de alçar a Companhia da posição já atingida de maior consumidora nacional de poliestireno à nova condição de fabricante da resina. O poliestireno era matéria-prima dos cartuchos das fitas VHS e estojos de CDs. Em 2002, a Companhia ergueu então a primeira petroquímica da Região Norte, passando a suprir sua própria demanda e a de indústrias como as de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, com seus gabinetes dos refrigeradores e TVs, bem como a dos materiais de escritório e escolares, todas instaladas no Polo Industrial de Manaus.

Dessa forma, no auge de sua história, a indústria de mídias reinventou-se em petroquímica.

NOVAS REINVENÇÕES



Assim como as fitas VHS eram transformados plásticos, outros viriam na sequência: em 2011, uma fábrica de tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos e refrigerantes.



Em 2012, uma planta no estado da arte foi construída em Manaus para a fabricação de filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP) e laminados plásticos em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP), todos itens essenciais à indústria de embalagens alimentícias. Foram aproximadamente US\$ 150 milhões investidos inicialmente nesses segmentos.



Em 2014, a Videolar comprou da Petrobrás por US\$ 500 milhões a petroquímica Innova, situada no Polo Petroquímico de Triunfo (RS), fabricante integrada do etilbenzeno (EB), monômero de estireno (SM) e dos poliestirenos uso geral (GPPS) e alto impacto (HIPS).

Já no início da nova gestão, em 2016, foram realizados investimentos na expansão do parque de tancagem da planta e na implantação de linha de fabricação para um novo produto: o poliestireno expansível (EPS), presente em aplicações as mais diversas, da indústria farmacêutica à construção civil e obras de infraestrutura, como estradas e pontes.

Após a incorporação, em outubro de 2015, a Companhia passou a designar seus produtos e negócios sob a marca Innova. Na área petroquímica, desenhou-se assim um posicionamento estratégico, norte e sul, com a possibilidade não só de proporcionar ao cliente um atendimento regionalizado mas também alternar a ênfase da produção, capturando oportunidades de acordo com a dinâmica da estrutura de custos das matérias-primas. Na área de transformação plástica, a mesma estratégia foi adotada com a aquisição em 2025 da Polo Films, fabricante dos filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP) em Montenegro (RS), já produzidos pela Companhia desde 2012 em Manaus (AM).

PENSAMENTO E AÇÃO:

Missão

Liderar em nossos negócios, oferecendo confiança
e laços fortes aos clientes e colaboradores,
postura sustentável ao meio ambiente e retorno aos acionistas.

Visão

Saber ouvir, desenvolver e entregar:
há sempre uma necessidade clara.
Uma Companhia líder apresenta soluções.

Valores

Conduta comprometida e ílibada;
Capacidade de adaptação;
Foco total nas demandas do cliente.

GOVERNANÇA & ORGANIZAÇÃO

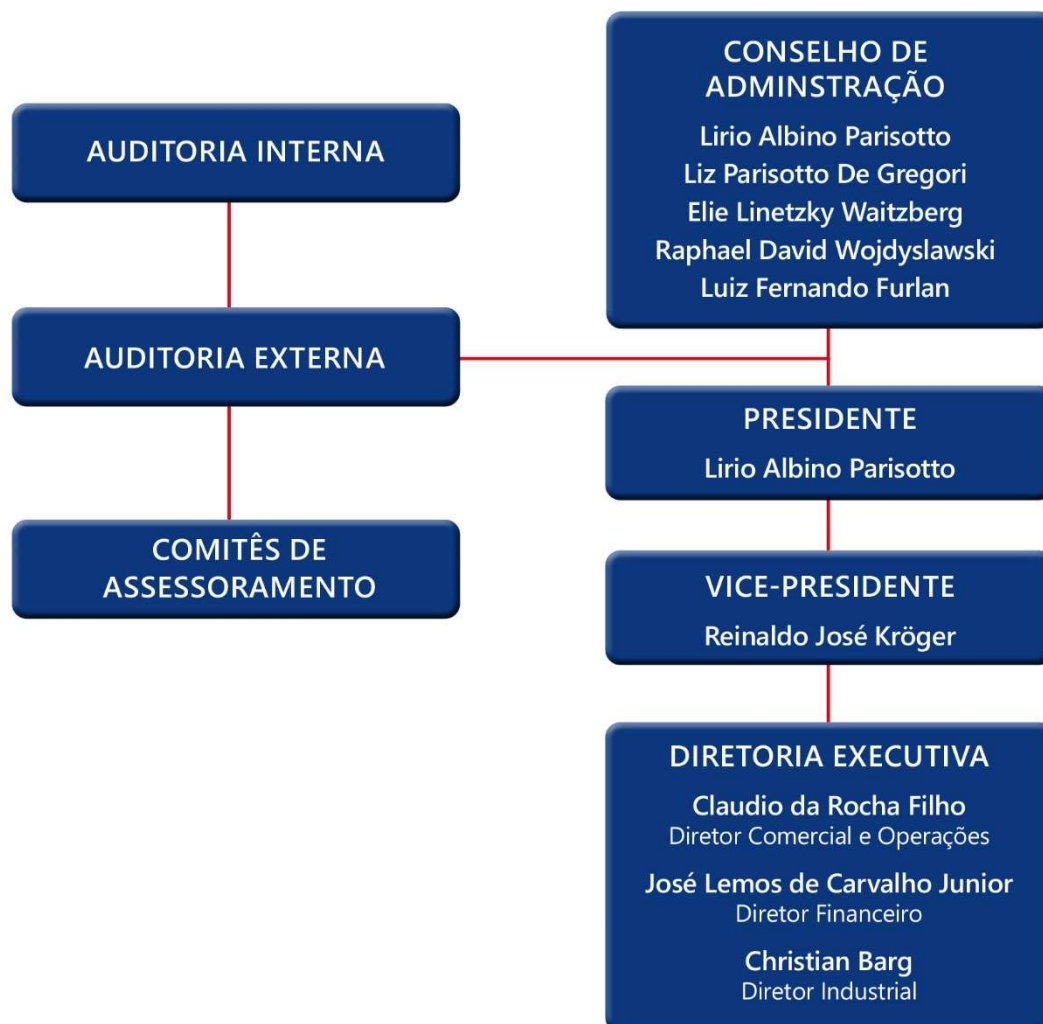
O renome da Videolar-Innova e sua consistência são resultados de um legado de sucessivas reinvenções e da confiança construída junto ao mercado e comunidade. Nossos princípios de Governança Corporativa estão na base de tudo que fazemos: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa.

Ainda que seja uma empresa de capital fechado, desde 2005 a Innova submete suas Demonstrações Financeiras ao crivo de auditorias externas, sempre uma integrante do grupo conhecido como *Big Four*. Em 2023, por iniciativa própria, a Companhia decidiu realizar um rodízio e substituiu a KPMG Auditores Independentes Ltda. pela PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., mantendo a qualidade de suas Demonstrações Financeiras e a prática de ser uma das primeiras Companhias Brasileiras de grande porte a divulgar os resultados do exercício em janeiro do ano subsequente.

O Conselho de Administração, órgão superior de orientação da Companhia, está presente em caráter permanente na estrutura de Governança Corporativa da Innova e conta com os seus Comitês de Assessoramento estatutários: Auditoria, *Compliance* e Sustentabilidade.

A estrutura organizacional da Innova contempla ainda uma área de Auditoria Interna com a atribuição de monitorar práticas, processos e avaliar os sistemas de controles internos, tudo em conformidade com as políticas estabelecidas.

Nossa Governança Corporativa se organiza da seguinte forma:



COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Nossos comitês têm como objetivo apoiar o Conselho de Administração com a finalidade de conferir maior eficiência e qualidade às decisões deste colegiado, aprofundando as discussões sobre temas para os quais foram criados.



Comitê de Auditoria

Auxilia nas atividades que envolvem a confiabilidade das informações, garantindo a qualidade das práticas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras, conformidade com os requisitos legais e regulatórios e adequação à gestão de riscos.



Comitê de Compliance

Fomenta a cultura de integridade e o compromisso da Companhia com a ética e transparência. Busca prevenir e minimizar riscos, garantindo a conformidade com as normas aplicáveis.



Comitê de Sustentabilidade

Cria estratégias para integrar a sustentabilidade à gestão da Companhia, consolidando, sob uma mesma filosofia empresarial, desenvolvimento econômico e responsabilidade socioambiental.

VIDEOLAR-INNOVA S/A
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
(EM MILHARES DE R\$)

	2025	2024	2023	2022
ATIVO TOTAL	4.987.938	4.768.080	4.515.202	4.225.983
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.326.736	3.977.060	3.819.601	3.611.696
ENDIVIDAMENTO BRUTO	7.704	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.630.612	5.586.441	4.870.123	6.534.332
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.898.209	4.854.246	4.282.660	5.729.123
LUCRO BRUTO	748.671	831.259	701.770	1.284.795
EBITDA (LAJIDA)	644.963	718.685	677.990	1.355.584
MARGEM EBITDA	13,17%	14,81%	15,83%	23,66%
EBITDA AJUSTADO (i)	662.367	-	-	-
MARGEM EBITDA AJUSTADO (i)	13,52%	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	113.776	58.460	81.836	43.755
LUCRO LÍQUIDO	549.675	514.824	530.541	1.027.323
INVESTIMENTO IMOBILIZADO (CAPEX)	243.851	136.724	208.793	156.356

(i) Ebitda Ajustado de Provisão de Participação nos Resultados - PPR (+ 17.404)
Ajuste Avaliação da Propriedade para Investimento - PPI (- 14.087)
Ebitda Consolidado Final: 648.280.

Os valores apresentados em 2025 refletem os saldos consolidados das empresas Videolar-Innova e Polo Films.

PERSPECTIVAS PARA 2026

Mesmo sob reduzida clareza em relação ao cenário macroeconômico nacional e o curso ainda vigente do ciclo de baixa da indústria petroquímica global, seguiremos com a implantação estratégica dos investimentos nas ampliações de capacidades produtivas em todas as Unidades, previamente planejados.

Seguirá o processo de consolidação da Polo Films à cultura e padrões organizacionais da Companhia.

Os fundamentos de disciplina financeira e austeridade nos situam em condições de atravessar esse ciclo de baixa da forma mais saudável: endividamento zero, capacidade de investimento e busca de novas possibilidades com recursos próprios, sempre dentro do nosso universo de atuação e mirando a nova fronteira da economia circular. Nossos números demonstram um passo firme em direção à neutralização das emissões de gases do efeito estufa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, pela confiança e incentivo. Aos nossos clientes, pela sua preferência. Aos fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e parceria. E aos nossos colaboradores, pelo comprometimento e dedicação, na base do nosso notório papel de liderança nos segmentos em que atuamos.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Videolar - Innova S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Videolar - Innova S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Videolar - Innova S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Videolar - Innova S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 22 de janeiro de 2026

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

DocuSigned by
Daniel Rodrigues de Oliveira
Assinado por: DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA 31574623843
CPF: 31574623843
Papel: Sócio de Auditoria
Data/Hora da Assinatura: 22 de janeiro de 2026 | 10:01 BRT
© KPMG Brasil, Cuij: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
CASH3770004499

Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP247874/O-3

Videolar-Innova S/A

Demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Balanço patrimonial	3
Demonstração de resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	8

Videolar-Innova S/A

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025			2025	2024	2025
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	493.768	810.247	516.207	Fornecedores	16	233.546	367.600	267.423
Contas a receber	9	833.482	945.152	883.585	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	7.704
Estoques	10	498.842	672.236	629.952	Obrigações com pessoal e encargos sociais		38.725	37.669	45.377
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	26.c	36.153	36.843	37.689	Imposto de renda e contribuição social a recolher		33.908	22.025	33.908
Tributos a recuperar	11	69.315	37.325	114.481	Obrigações fiscais		17.044	20.422	21.267
Despesas antecipadas		16.329	13.441	20.764	Adiantamentos de clientes		910	4.777	1.125
Adiantamentos a fornecedores		2.714	23.479	5.365	Arrendamentos		-	-	735
Outras contas a receber		11.112	4.754	12.796	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.d	306.833	5.465	306.833
					Outras obrigações	20	48.799	25.802	53.883
		1.961.715	2.543.477	2.220.840			679.765	483.760	738.256
Não circulante					Não circulante				
Tributos a recuperar	11	3.094	2.620	6.704	Impostos diferidos	26.a	304.619	298.088	304.619
Impostos diferidos	26.a	-	-	72.467	Provisão para causas judiciais	18	5.517	3.883	9.176
Depósitos judiciais	18	5.151	5.308	6.408	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.d	600.000	-	600.000
Outras contas a receber		16.007	1.624	16.007	Outras obrigações	20	3.794	5.289	3.804
		24.252	9.552	101.585	Arrendamentos		-	-	5.347
							913.930	307.260	922.946
					Patrimônio líquido				
Investimento	12	626.061	-	-	Capital social	19.a	1.373.666	1.373.666	1.373.666
Propriedade para investimento	13	347.480	333.393	347.480	Reserva de capital - Ágio	19.g	1	1	1
Imobilizado	14	1.715.667	1.635.537	1.931.108	Reserva incentivos fiscais	19.e	1.045.345	1.197.651	1.045.345
Intangível	15	245.256	246.121	386.925	Reserva legal	19.c	231.179	203.695	231.179
		2.934.464	2.215.051	2.665.513	Retenção de lucros	19.f	566.900	1.092.402	566.900
					Ajuste de avaliação patrimonial	19.b	109.645	109.645	109.645
							3.326.736	3.977.060	3.326.736
Total do Ativo					Total do Passivo e Patrimônio líquido				
		4.920.431	4.768.080	4.987.938			4.920.431	4.768.080	4.987.938

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Videolar-Innova S/A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	Nota	2025	2024	2025
Receita operacional líquida	21	4.532.292	4.854.246	4.898.209
Custo das vendas	22	(3.837.421)	(4.022.987)	(4.149.539)
Lucro operacional bruto		694.871	831.259	748.671
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais e administrativas	23	(270.161)	(269.239)	(301.093)
Realização de mais valia		(8.464)	(3.351)	(8.464)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	47.076	6.950	48.533
Equivalência patrimonial	12	24.843	-	-
		(206.706)	(265.640)	(261.024)
Receitas financeiras	25	106.093	138.705	111.513
Despesas financeiras	25	(20.480)	(22.909)	(29.401)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	25	34.064	(57.336)	31.664
Resultado financeiro, líquido		119.677	58.460	113.776
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		607.842	624.079	601.423
Imposto de renda e contribuição social corrente	26.b	(47.276)	(53.655)	(47.276)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26.b	(10.891)	(55.600)	(4.472)
Resultado do Exercício		549.675	514.824	549.675

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Videolar-Innova S/A
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido do exercício	<u>549.675</u>	<u>514.824</u>	<u>549.675</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente	<u><u>549.675</u></u>	<u><u>514.824</u></u>	<u><u>549.675</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Videolar-Innova S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

		Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de lucro				
		Capital Social Integralizado	Ágio na alienação de ações próprias	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados
								Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.373.666	1	177.954	1.319.993	838.342	109.645	-
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	19.d	-	-	-	-	(227.365)	-	(227.365)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	514.824	514.824
Constituição de reserva legal	19.c	-	-	25.741	-	-	(25.741)	-
Reserva de retenção de lucros	19.f	-	-	-	(152.990)	152.990	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais IRPJ	19.e	-	-	-	30.648	-	(30.648)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	19.e	-	-	-	-	458.435	(458.435)	-
Distribuição de dividendos intercalares 2024	19.f	-	-	-	-	(130.000)	-	(130.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.373.666	1	203.695	1.197.651	1.092.402	109.645	-
Distribuição de Juros sobre capital próprio	19.d	-	-	-	-	(85.000)	-	(85.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	549.675	549.675
Constituição de reserva legal	19.c	-	-	27.484	-	-	(27.484)	-
Reserva de retenção de lucros	19.f	-	-	-	(165.104)	165.104	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais IRPJ	19.e	-	-	-	12.798	-	(12.798)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	19.f	-	-	-	-	509.394	(509.394)	-
Distribuição de dividendos	19.d	-	-	-	-	(1.115.000)	-	(1.115.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.373.666	1	231.179	1.045.345	566.900	109.645	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Videolar-Innova S/A**Demonstração dos fluxos de caixa****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado
	Nota	2025	2024	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		607.842	624.079	601.424
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação	14	122.044	134.946	135.189
Amortização	14	891	2.564	891
Realização de mais valia imobilizado e intangível		8.464	11.254	8.464
Realização de mais valia		-	(7.902)	-
Baixa do ativo imobilizado	14	7.725	20.389	30.825
Provisão (reversão) para causas judiciais	18	2.915	(1.672)	2.915
Provisão (reversão) para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	9	(1.751)	1.878	(1.751)
Provisão (reversão) para obsolescência	10	(3.074)	5.757	(3.074)
Ajustes a valor justo	13	(14.087)	1.396	(14.087)
Equivalência patrimonial	12.c	(24.843)	-	-
Variação cambial sobre saldos de contas a pagar e contas a receber, líquido		(12.526)	19.886	(12.526)
		<u>693.600</u>	<u>812.575</u>	<u>748.270</u>
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	9	111.625	(211.989)	176.696
Estoques	10	176.468	(214.116)	140.203
Tributos a recuperar	11	(32.464)	10.779	(39.137)
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	24.c	690	(2.873)	(846)
Outros ativos		(4.810)	(20.191)	(409)
		<u>251.510</u>	<u>(438.390)</u>	<u>276.507</u>
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	16	(117.649)	75.998	(118.886)
Obrigações com pessoal e encargos sociais		1.056	6.778	(8.302)
Obrigações fiscais		(16.502)	(12.426)	(14.776)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(14.393)	(22.917)	(14.393)
Adiantamento de clientes		(3.848)	1.538	(3.633)
Outras obrigações	20	21.502	8.400	20.940
Perdas judiciais (Indenização)	18	(1.280)	(5.020)	(2.104)
		<u>(131.115)</u>	<u>52.351</u>	<u>(141.154)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
		<u>813.995</u>	<u>426.536</u>	<u>883.623</u>
Impostos pagos sobre o lucro		(21.000)	(28.858)	(21.000)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais				
		<u>792.995</u>	<u>397.678</u>	<u>862.623</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	14	(222.748)	(168.202)	(282.978)
Aquisições de intangível	15	-	(1.797)	809
Aquisições de empresas controladas	12	(601.218)	-	(596.118)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento				
		<u>(823.966)</u>	<u>(169.999)</u>	<u>(878.290)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos	17.d	(213.976)	(427.952)	(213.976)
Juros sobre capital próprio	17.d	(71.532)	-	(71.532)
Captação de financiamentos		-	-	34.240
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	(65.923)
Pagamentos de arrendamentos		-	-	(664)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento				
		<u>(285.508)</u>	<u>(427.952)</u>	<u>(317.855)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa				
		<u>(316.479)</u>	<u>(200.273)</u>	<u>(333.522)</u>
Caixa adquirido de controladas				
		-	-	39.482
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
		810.247	1.010.520	810.247
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício				
		<u>493.768</u>	<u>810.247</u>	<u>516.207</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa				
		<u>(316.479)</u>	<u>(200.273)</u>	<u>(333.522)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Videolar-Innova S/A ("Innova" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Avenida Torquato Tapajós, nº 5.555, Bloco B, Tarumã, CEP 69041-025, em Manaus - AM.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo"), atuam no segmento de Resinas Plásticas (Estireno, Poliestireno e Poliestireno Expansível), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros, além de atuar no segmento de Transformados Plásticos como, por exemplo, Tampas Plásticas e BOPP (filme de polipropileno bi-orientado).

A Companhia conta com três parques fabris, sendo dois em Manaus, no Estado do Amazonas, e um em Triunfo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Aquisição da Mais Films Holding S.A.

Em 2 de outubro de 2024, foi assinado o Contrato de Aquisições de Ações com os controladores da Mais Films Holding S.A., fabricante de filmes de polipropileno biorientado (BOPP).

Em 31 de maio de 2025, foi concluído o processo de compra da Mais Films Holding S.A. pela Companhia, após aprovação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE, Processo nº 08700.009869/2024-10).

A fábrica situada em Montenegro (RS), onde é fabricado o polipropileno biorientado (BOPP), passa a ser designada Unidade III da Innova e a Administração e Vendas passam a ser sediados no Escritório Central da Companhia, em Alphaville, Barueri, São Paulo.

A aquisição dessa indústria de porte compõe estratégia da Companhia de posicionamento Norte e Sul, sempre próxima dos clientes, investindo na confiabilidade e constância. Os detalhes da aquisição estão descritos nas Notas 2.2(a) e 12.

A gestão dos negócios da Companhia é pautada em princípios bem definidos de responsabilidade ambiental, social e de governança refletidos em suas políticas corporativas e na sua visão de futuro. Como exemplo concreto de nossas iniciativas, em 2021, a petroquímica de Triunfo (RS) tornou-se autoproductora e autossuficiente na geração de energia elétrica e vapores a partir de fonte 100% renovável, a biomassa, em substituição às fontes energéticas de origem fóssil (óleo combustível e carvão mineral, utilizados até então pelo fornecedor de vapores) (Não auditado).

É muito importante contextualizar também a severidade do fenômeno El Niño para a bacia hidrográfica amazônica nos últimos dois anos, que resultou na diminuição sem precedentes dos níveis dos rios: isso afetou em grande medida o fluxo logístico de nossas duas unidades fabris

em Manaus e nos colocou diante do desafio, superado, de ativar modais alternativos como transporte rodoviário e por balsas, com custos mais elevados.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e entende que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Innova de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia e outras informações elucidativa estão apresentadas na nota explicativa 6.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de janeiro de 2026.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(a) Aquisição do controle da Mais Films Holding S.A.

Durante o exercício de 2025, o Grupo adquiriu controle da Mais Films Holding S.A., Grupo que atua na industrialização e comercialização de filmes bi-orientados de polipropileno (“BOPP”), de embalagens e materiais plásticos em geral, a prestação de serviços relacionados com seus produtos e participação em outras sociedades, civis ou industriais, a administração, e importação e exportação de bens próprios ou terceiros. Os efeitos da combinação de negócios estão descritos na Nota 12.

(b) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

(b) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo

A cada encerramento de exercício social, a Companhia e suas controladas revisam o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração.

(c) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais no período em que o valor definitivo é determinado.

(d) Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Valor justo da Propriedades para investimento

O cálculo do valor justo das propriedades para investimento leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, valores de mercado, qualidade. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na valorização ou desvalorização desses ativos.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo, mensurados pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros derivativos;
- Propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

6.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos

valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas, conforme abaixo:

Companhia	País	Data da Aquisição	Participação acionária (%)
			2025
Mais films Holding S.A.	Brasil, São Paulo, SP	31/05/2025	100%

Informações financeiras resumidas das controladas	31/12/2025
Ativo circulante	271.663
Ativo não circulante	77.334
Passivo circulante	73.249
Passivo não circulante	9.016
Patrimônio líquido	350.258
Lucro / (Prejuízo) do exercício (junho a dezembro)	24.843

(b) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu, valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

6.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

6.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

6.4 Ativos financeiros

(a) Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(c) Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

(d) Impairment

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

6.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

6.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

6.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

6.8 Propriedades para investimentos

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

As propriedades para Investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores técnicos externos independentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6.9 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis aplicadas no ativo imobilizado determinam as seguintes taxas médias (%) em anos:

	2025	2024
Edificações e Benfeitorias	29	29
Máquinas e Equipamentos	15	16
Peças e conjuntos de reposição	8	7
Instalações industriais	11	12

Videolar-Innova S/A*Demonstrações financeiras em**31 de dezembro de 2025**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Móveis e utensílios	12	12
Equipamento de processamento de dados	5	5
Veículos	5	5
Aeronave	10	10
Moldes e Ferramentas	10	10
Equipamentos de Telefonia	9	9

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.10 Ativos intangíveis**(a) Ágio**

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

(c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

(d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos

testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

6.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

6.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

6.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

6.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.15 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto

de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

6.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

Aumento de capital social integralizado

O aumento de capital social é determinado pelos sócios em assembleia geral ou reunião de sócios. No caso de sociedades anônimas, a deliberação sobre o aumento do capital social também poderá ser decidida pelo órgão administrativo, caso haja determinação para isto. Ao se deliberar sobre um aumento é fundamental determinar de que forma será realizado, poderá ocorrer pelo aumento do valor nominal das ações já existentes. O capital social de uma Companhia pode ser aumentado por meio da subscrição de ações ou incorporação de reservas.

6.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Venda de produtos

As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre os produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o cliente, e o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou o Grupo tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

Incentivos fiscais

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na Nota explicativa 19, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do exercício correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia.

6.18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem as despesas de juros com empréstimos e financiamentos, arrendamentos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

6.19 Subvenção e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas em razão de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal e são

registradas como Outras Receitas no resultado durante o período necessário, para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Companhia é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais, os quais são concedidos pelos Estados do Amazonas e Rio Grande do Sul e pelo Governo Federal:

ICMS

No Estado do Amazonas

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao ICMS devido (*Lei nº 2.826/2003*), junto ao Estado do Amazonas, foram contabilizados no resultado do exercício, em contrapartida do ICMS a recolher, no montante de R\$ 156.565 (R\$ 161.401 em 2024).

No Estado do Rio Grande do Sul

A sua controlada possui o benefício fiscal denominado Crédito Fiscal Presumido em razão de ser beneficiária do FUNDOPEM/RS - Fundo Operação Empresa/RS e do INTEGRAR/RS - Programa de Harmonização de Desenvolvimento da Indústria do Rio Grande do Sul, nos termos do Decreto nº 49.205/12, o qual foi revogado pelo Decreto nº 56.055/2021, atualmente em vigor.

A controlada atendeu aos requisitos do CPC 07 - “Subvenção e Assistência Governamental” para seu reconhecimento e essa reserva para investimentos foi reconhecido no resultado no montante de R\$ 122.600 (R\$ 121.673 em 2024) de FUNDOPEM.

Os impactos da Reforma Tributária, ainda não foram mensurados pela Companhia. Fato que deverá ocorrer ao longo do exercício de 2026, ressaltando que a nova sistemática trazida pela Reforma Tributária, produzirá efeitos reais a partir de 1º de janeiro de 2027 tendo em vista que os tributos CBS e IBS estão pendentes de regulamentação.

Imposto de renda

A Companhia, nas suas unidades de Manaus, possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, nos dando a oportunidade de redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com a MP nº 2.199-14 artigo 1º alterado pela Lei nº 12.715, de 2012 artigo 69.

Em 31 de dezembro de 2025 a redução do Imposto de renda foi de R\$ 12.798 (R\$ 30.648 em 2024), e a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para fruição desses incentivos.

IPI

São isentos do IPI, nos termos do art. 81, II, do RIPI/2010, os produtos industrializados na ZFM, por estabelecimentos com projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, destinados à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional, em conformidade com processo produtivo básico.

PIS/Cofins

Destinatários estabelecidos na ZFM, serão tributados pela alíquota zero e fora da ZFM que apure PIS/COFINS pelo regime não cumulativo 0,65% (PIS) e 3% (COFINS), clientes fora da ZFM

enquadrado no Lucro Presumido ou fora da ZFM enquadrado no Lucro Real com receita total ou parcial, excluída do Regime Não Cumulativo, ou fora ZFM que seja optante pelo SIMPLES, 1,3% (PIS) e 6% (COFINS), nos termos do art. 5º- A, e art. 2º, § 4º, I, b, e II, da Lei nº 10.637/2002 e art. 2º, § 5º, I, b, e II, da Lei nº 10.833/2003.

Imposto de importação

Nos termos do art. 7º, do Decreto-Lei nº 288/1967, os produtos industrializados na ZFM, observadas as exceções contidas no artigo citado, estarão sujeitos à exigibilidade do Imposto sobre Importação relativo a matéria prima, produto intermediário, material secundário e materiais de embalagens, componentes e outros insumos de origem estrangeira neles empregados, calculado o tributo mediante coeficiente de redução de sua alíquota *ad valorem*, desde que atendam nível de industrialização local compatível com PPB, para produtos compreendidos na mesma posição e subposição da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB).

6.20 Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos para a Companhia na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Os ativos adquiridos são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos a valor justo (ativos identificáveis adquiridos, líquidos), na data de aquisição. Se, após a remensuração, os valores líquidos dos ativos adquiridos na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

6.21 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

7 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguinte alteração de norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

. Alteração ao CPC 02 (R2) - Falta de conversibilidade: As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é conversível por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as

divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a conversibilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

- (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações:

(a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *'own use'*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

. IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
- O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto

é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

. Melhorias Anuais às Normas IFRS – Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam apenas esclarecer a redação de uma Norma Contábil ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das Normas Contábeis. As alterações de 2025 referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 — Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro;
- IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7;
- IFRS 9 — Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 — Demonstrações Financeiras Consolidadas; e
- IAS 7 — Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

. Emenda ao IAS 21 – Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas emendas de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as emendas se:

- sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As emendas têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Disponibilidades	11.288	3.013	17.612
Aplicações financeiras	482.480	807.234	498.595
	493.768	810.247	516.207

As aplicações financeiras detidas pela Companhia em títulos de renda fixa refletem as condições usuais de mercado e são remuneradas a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”). As operações do Grupo com prazo de aplicação de pelo menos 30 dias foram remuneradas, em média, a 100% do CDI (101,3% em 2024) e as aplicações com prazo inferior a 30 dias foram remuneradas, em média 90% do CDI. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Clientes	837.937	951.358	888.975
(-) Perda de crédito esperada	(4.455)	(6.206)	(5.390)
	<u>833.482</u>	<u>945.152</u>	<u>883.585</u>

Atendendo ao disposto do CPC 48, a Administração pratica o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, determinadas conforme práticas abaixo, onde o percentual de perda estimada é aplicado sobre o *aging list* da carteira de clientes, conforme seguintes estágios:

Estágio 1 - Inclui débitos que ainda estão *Performando*; as perdas esperadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito (*write off*) ao longo dos últimos anos e no risco intrínseco de inadimplência das contas a receber vincendas.

Estágio 2 - Inclui títulos com *Expressivo Risco de Perda*; baseado no desgaste do risco de crédito de clientes renegociados na esfera administrativa ou em assessoria de cobrança, bem como com necessidade de cobrança judicial, independente do vencimento.

A tabela abaixo demonstra a perda de crédito esperada em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Composição Contas a Receber

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Estágio 1			
A Vencer	824.428	939.367	871.927
Vencidos de 1-30 dias	9.975	6.839	12.938
	<u>834.403</u>	<u>946.206</u>	<u>884.865</u>
Estágio 2			
Cobrança Jurídica	3.534	5.152	4.110
	<u>3.534</u>	<u>5.152</u>	<u>4.110</u>
Total	<u>837.937</u>	<u>951.358</u>	<u>888.975</u>

Videolar-Innova S/A

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição Provisão para perda de crédito esperada

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Estágio 1			
A Vencer	(826)	(970)	(924)
Vencidos de 1-30 dias	(95)	(84)	(356)
	(921)	(1.054)	(1.280)
Estágio 2			
Cobrança Jurídica	(3.534)	(5.152)	(4.110)
	(3.534)	(5.152)	(4.110)
Total	(4.455)	(6.206)	(5.390)

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber é relativamente baixo e não houve transferência relevante de crédito do Estágio 1 para o Estágio 2.

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Saldo no início do ano	(6.206)	(4.328)	(6.206)
Combinação de negócios	-	-	(935)
Complemento de provisão no exercício	(84)	(2.736)	(84)
Baixa da provisão no exercício	1.835	858	1.835
	(4.455)	(6.206)	(5.390)

10 Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de compra ou de produção. Em 31 de dezembro os estoques estão apresentados como segue:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Matéria-prima e embalagens	133.396	251.182	169.624
Produtos acabados	227.080	213.857	284.356
Produtos em elaboração	62.692	150.399	68.775
Materiais Intermediários e auxiliares	59.296	44.299	63.196
Importação em andamento	20.043	19.677	20.947
Outros materiais	1.630	1.192	25.748
Mais valia – estoque (i)	-	-	3.587
Provisão para obsolescência	(5.295)	(8.370)	(6.281)
	498.842	672.236	629.952

- (I) Mais-valia de estoques oriunda da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos na aquisição da Polo Films.

Videolar-Innova S/A

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obsolescência

A provisão de obsolescência é reconhecida com base em avaliações periódicas da Administração que consideram, entre outros fatores, a idade dos estoques, histórico de giro, validade, e expectativa de realização no curso normal do negócio. As premissas utilizadas nessas estimativas são revisadas periodicamente e podem sofrer alterações em função de mudanças nas condições de mercado.

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Saldo do início do ano	(8.370)	(2.612)	(8.370)
Combinação de negócios	-	-	(986)
Adição de provisão	(840)	(7.093)	(840)
Reversão de provisão	3.915	1.335	3.915
	(5.295)	(8.370)	(6.281)

A provisão para obsolescência em 31 de dezembro de 2025 no Consolidado corresponde a R\$ 3.772 (R\$ 6.252 em 2024) alocados na rubrica de matéria-prima e R\$ 2.509 (R\$ 2.118 em 2024) alocados na rubrica de produtos acabados, estando segregadas entre os segmentos de negócios da seguinte forma: BOPP R\$ 3.188 (R\$ 937 em 2024), Laminados R\$ 415 (R\$ 434 em 2024), Tampas Plásticas R\$ 659 (R\$ 1.455 em 2024), Poliestirenos/EPS R\$ 2.019 (R\$ 5.544 em 2024).

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
ICMS a recuperar	19.600	20.684	42.098
PIS/COFINS a recuperar	32.895	11.545	51.272
PIS/COFINS processo fiscal (i)	-	279	-
IPI a recuperar	11.294	755	11.608
Outros (ii)	5.526	4.062	9.503
	69.315	37.325	114.481
ICMS a recuperar LP	2.060	2.060	2.060
Outros LP	1.034	560	4.644
	3.094	2.620	6.704
Ativo circulante	69.315	37.325	114.481
Ativo não circulante	3.094	2.620	6.704
	72.409	39.945	121.185

- (i) Em relação ao exercício de 2024, houve uma revisão dos valores créditos fiscais, gerando créditos de R\$ 8.512 sendo de principal, acrescidos de R\$ 8.999 de correção. Após a apuração e as respectivas compensações com os saldos devedores, restou um resíduo no montante R\$ 279, o qual foi objeto de compensação no decorrer do ano calendário de 2025.
- (ii) Na Controladora, crédito no valor de R\$ 775 reconhecido em processo judicial que tratou da majoração dos valores da Taxa de Utilização do SISCOMEX, estabelecida pela Portaria MF nº 257/2011 entre os anos de 2013 e 2021;

R\$ 1.363 de crédito reconhecido em processo judicial que discutiu a recuperação da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) incidente sobre as receitas de operações realizadas com a Zona Franca de Manaus entre os anos de 2012 e 2014. Na Controlada, crédito de R\$ 3.964 sobre a exclusão do ICMS da base do Pis e da Cofins, a ser compensado no decorrer do ano.

12 Investimentos – Controladora

(a) Combinação de negócios – Aquisição de participações societárias

Em 31 de maio de 2025, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Mais Films Holding S.A. pelo montante de R\$ 596.118, passando a deter o seu controle, estar exposta ou com direitos a retornos variáveis de seu envolvimento e ter a capacidade de dirigir as atividades relevantes da Mais Films Holding S.A.

A Mais Films Holding S.A. é sediada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, SP, tem por objeto social a industrialização e comercialização de filmes bi-orientados de polipropileno (BOPP), de embalagens e materiais plásticos em geral, a prestação de serviços relacionados com seus produtos e participação em outras sociedades, civis ou industriais, a administração, e importação e exportação de bens próprios ou terceiros. Como resultado dessa aquisição, a administração da Companhia consolida sua estratégia em ampliar seu posicionamento estratégico e ampliação da confiabilidade da melhor entrega aos clientes, seja em relação aos produtos já integrantes do portfólio da Companhia e inclusões de novos itens dentro do universo petroquímico e de transformados plásticos.

O laudo de avaliação de apuração e alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta compra foi elaborado por consultores independentes, incluindo-se a apuração e alocação do ágio de acordo com as CPC 15 (R1) - Combinações de negócios.

A receita gerada pela A Mais Films Holding S.A. foi incluída na demonstração consolidada do resultado desde a data em que a Companhia passou a deter seu controle. A Mais Films Holding S.A. gerou um resultado de R\$ 24.843 no mesmo período.

A tabela a seguir demonstra a contraprestação paga pela aquisição da Mais Films Holding S. A. Não foram celebrados quaisquer acordos referentes à contraprestação contingente a ser paga no futuro, atreladas a resultados a serem alcançados, ou montantes de garantias de contingências e/ou eventuais perdas de responsabilidade dos vendedores.

Total da contraprestação paga (em moeda nacional)	596.118
(-) Patrimônio líquido em 31 de maio de 2025	318.947
Montante apurado para alocação	277.171
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos	
Mais-valia ativo fixo (i)	137.705
Marca (ii)	30.725
Carteira de clientes (iii)	32.101
Mais-valia estoques de mercadoria (iv)	3.587
	204.118
Ágio Residual (Goodwill)	73.053

Principais Premissas da Projeção

O método de determinado valor justo da Mais Films Holding S.A. foi o Fluxo de Caixa Descontado ("FCD"), uma vez que esse método é o que melhor reflete a expectativa dos seus resultados futuros, com base nas informações detalhadas disponibilizadas e em linha com nos planos de negócios e orçamentos.

As projeções operacionais do FCD consideraram o período de 2025 a 2034. A taxa de desconto calculada para o período da projeção foi apurada pelo custo médio ponderado de capital ("WACC") variável, representando o risco percebido pelo ativo e com perpetuidade projetada em linha com o crescimento da inflação de longo prazo estimada pelo Banco Central do Brasil. A vida útil econômica é variável por classe de imobilizado.

(i) Mais-valia ativo fixo

A avaliação dos ativos fixos foi realizada com referência à data-base de maio de 2025, com o objetivo de determinar o valor justo de seus ativos tangíveis. O escopo abrangeu terrenos, edifícios industriais, benfeitorias em propriedades próprias, equipamentos industriais, ferramentas e instrumentos, além de equipamentos eletrônicos, móveis e utensílios. Foram realizadas vistorias técnicas para validação física, análise das características técnicas e verificação do estado de conservação dos bens. A conclusão do valor fundamentou-se na combinação das abordagens de Mercado e de Custo.

(ii) Marca

A Companhia adquiriu os direitos sobre o nome comercial da Polo Films, a qual representa um ativo estratégico e relevante para a operação frente ao mercado, por já ser conhecida dos clientes. A marca foi avaliada pelo income approach utilizando o método *Relief from Royalties*, que projeta o fluxo de caixa dos royalties não pagos pelo dono do ativo porque ele já possui o direito de utilizá-lo. Como a marca registrada é um ativo de vida útil indefinida, ela não está sujeita à amortização, mas sim ao teste anual para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A mensuração do valor justo da marca foi realizada na data-base de maio de 2025, mediante a aplicação do método de Isenção de Royalties (*Relief from Royalty*). A taxa de *royalty* foi aplicada sobre a Receita Operacional Líquida (ROL), fundamentada em análise comparativa de mercado (benchmarking) via plataforma *Markables*. A vida útil econômica foi estimada em 3 anos e 7 meses (período pré-TAB), em conformidade com o plano estratégico da Administração, que prevê a descontinuidade e substituição da marca até o final de 2028.

(iii) Carteira de clientes

A mensuração do valor justo da carteira de clientes foi realizada com referência à data-base de maio de 2025, abrangendo o período de projeção de junho de 2025 a 2041, mediante a aplicação do Método dos Rendimentos Excedentes de Vários Períodos (MPEEM). A vida útil econômica foi estimada em 16 anos e 7 meses, definida pelo período necessário para atingir o truncamento de 90% do valor do ativo, antes do benefício fiscal da amortização (*Tax Amortization Benefit* -

TAB). A taxa de perda de clientes (*churn rate*) adotada foi fundamentada na média histórica de redução gradual da base de clientes da Polo Films.

(iv) Mais-valia estoques de mercadorias

Os estoques de produtos acabados foram avaliados ao valor justo na data-base de maio de 2025, utilizando a Metodologia de Abordagem de Mercado (*Market Approach*). A avaliação considerou uma taxa de desconto de 14,31% ao ano, refletindo o risco específico e o custo de oportunidade associados ao ativo. A vida útil remanescente (período de realização) foi estimada em 0,13 anos, fundamentada no prazo médio de giro histórico apurado nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Movimentação dos investimentos

	Mais Films	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	-	-
Aquisição de ações do capital social	318.947	318.947
Mais-valia ativo fixo	137.705	137.705
Marca	30.725	30.725
Carteira de clientes	32.101	32.101
Mais-valia estoques de mercadoria	3.587	3.587
Ágio registrado na aquisição de quotas do capital social	73.053	73.053
Ajuste de preço	5.100	5.100
Equivalência patrimonial	24.843	24.843
Saldo em 31 de dezembro de 2025	626.061	626.061

(c) Equivalência patrimonial

Os investimentos em empresas controladas são mensurados pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP). O valor contábil dos investimentos é ajustado para reconhecer a participação da Companhia no lucro ou prejuízo da investida.

13 Propriedades para investimento

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Terrenos e edificações	347.480	333.393	347.480
	347.480	333.393	347.480

As propriedades para Investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores técnicos externos independentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A movimentação do saldo das propriedades para investimento foi como segue:

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Saldo em 1º de janeiro	333.393	334.789	333.393
Baixa (i)	-	(1.396)	-
Ajuste a valor justo (nota 24)	14.087	-	14.087
	347.480	333.393	347.480

- (i) Em 2024 o principal fator de variação no investimento foi a avaliação negativa do imóvel na Avenida Araguaia, que neutralizou as variações positivas de outros ativos e resultou em uma variação significativa no exercício de 2024. Já em 2025, o cenário reverteu-se positivamente. Após a emissão de laudo técnico fundamentado em ampla pesquisa de mercado, constatou-se uma retomada no valor do ativo.

14 Imobilizado

CONTROLADORA	Saldos 31.12.2023	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Baixa	Saldos 31.12.2024	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Baixa de depreciação	Saldos 31.12.2025
Terrenos	92.421	-	-	-	-	-	92.421	-	-	-	-	-	92.421
Edificações e Benfeitorias	164.004	-	-	3.911	(11.306)	-	156.609	-	-	450	(10.579)	-	146.480
Máquinas e Equipamentos	897.658	-	(1.990)	171.778	(100.903)	377	966.920	-	(1.084)	17.940	(105.580)	447	878.643
Peças e Conjuntos de Reposição	2.544	-	-	3.618	(1.179)	-	4.983	-	-	4.139	(980)	-	8.142
Instalações Industriais	105.214	-	-	32.488	(15.466)	-	122.236	-	(101)	9.952	(13.845)	101	118.343
Móveis e Utensílios	4.973	-	(20)	922	(734)	18	5.159	-	(68)	1.167	(858)	61	5.461
Equipos de Processamentos de Dados	3.924	-	(4)	4.972	(2.184)	2	6.710	-	(104)	1.313	(2.233)	90	5.776
Veículos	645	-	-	210	(377)	-	478	-	-	-	(196)	-	282
Aeronave	9.593	-	-	-	(1.387)	-	8.206	-	(13.868)	70.803	(1.746)	6.818	70.213
Moldes e Ferramentas	5.425	-	-	167	(1.284)	-	4.308	-	-	9	(1.168)	-	3.149
Equipamento de Telefonia	309	-	-	275	(126)	-	458	-	(43)	-	(126)	25	314
Obras de Artes Antiquidades	152	-	-	-	-	-	152	-	-	-	-	-	152
Provisão para Perda Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em Andamento	150.940	136.724	-	(220.138)	-	-	67.526	214.350	-	(105.818)	-	-	176.058
Spare Parts - Imobilizado em Andamento (i)	101.734	33.275	(18.772)	-	-	-	116.237	39.081	(15.414)	-	-	-	139.904
Mais Valia Imobilizado	96.075	-	-	-	(12.941)	-	83.134	-	-	-	(12.805)	-	70.329
	1.635.611	169.999	(20.786)	(1.797)	(147.887)	397	1.635.537	253.431	(30.682)	(45)	(150.116)	7.542	1.715.667

CONSOLIDADO	Saldos 31.12.2024	Adição por Combinação Negócios (ii)	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Baixa de depreciação	Saldos 31.12.2025
Terrenos	92.421	3.596	-	-	-	-	-	96.017
Edificações e Benfeitorias	156.609	65.350	-	-	450	(11.340)	-	211.069
Máquinas e Equipamentos	966.920	101.385	-	(1.084)	25.319	(108.240)	447	984.747
Peças e Conjuntos de Reposição	4.983	-	-	-	4.139	(980)	-	8.142
Instalações Industriais	122.236	3.826	-	(101)	10.487	(14.297)	101	122.252
Móveis e Utensílios	5.159	529	-	(68)	1.167	(869)	61	5.979
Equipos de Processamentos de Dados	6.710	7.057	-	(104)	1.344	(3.375)	90	11.722
Veículos	478	(0)	-	-	-	(195)	-	283
Aeronave	8.206	-	-	(13.868)	70.803	(1.746)	6.818	70.213
Moldes e Ferramentas	4.308	2.618	-	-	9	(1.444)	-	5.491
Equipamentos de Telefonia	458	-	-	(43)	-	(125)	25	315
Obras de Artes Antiquidades	152	-	-	-	-	-	-	152
Provisão para Perda Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em Andamento	67.526	6.975	243.851	-	(113.859)	-	-	204.493
Spare Parts - Imobilizado em Andamento	116.237	-	39.081	(15.414)	-	-	-	139.904
Mais Valia Imobilizado	83.134	-	-	-	-	(12.805)	-	70.329
	1.635.537	191.336	282.932	(30.682)	(141)	(155.416)	7.542	1.931.108

(i) Spare Parts - imobilizado em andamento: A Companhia adota o critério de classificar os itens sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno no ativo imobilizado já que a entidade espera usá-los por mais de um exercício, tal prática é aplicada conforme pronunciamento contábil.

(ii) Nas adições por Combinações de Negócios considera o valor da Mais Valia oriunda da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos na aquisição da Polo Films.

Videolar-Innova S/A

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.1 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 204.493 (R\$ 67.526 em 2024), substancialmente representadas pelos projetos: Ampliação Tampas Plásticas R\$ 35.354 (Investimento Total R\$ 35.637, término 2026); Expansão da Expedição R\$ 10.280 (Investimento Total R\$ 29.080, término 2026); Silo de Casca de Arroz R\$ 9.691 (Investimento Total R\$ 9.738, término 2025); Cobertura do Pátio de Biomassa R\$ 7.722 (Investimento Total R\$ 7.724, término 2025); Parada de Planta e Substituição Óleo Térmico M1/M2 R\$ 7.576 (Investimento Total R\$ 9.360, término 2026); Caldeira Casca de Arroz R\$ 6.399 (Investimento Total R\$ 100.240, término 2026); Parada Geral Manutenção NR-13 Planta T1/T2 R\$ 5.648 (Investimento Total R\$ 13.000, término 2026); Aumento da Capacidade da T3 R\$ 4.123 (Investimento Total R\$ 30.800, término 2026); Ampliação Unidade I R\$ 3.687 (Investimento Total R\$ 3.755, término 2026); Sistema Tratamento Efluentes R\$ 2.146 (Investimento Total R\$ 2.177, término 2026).

14.2 Mais valia

A mais valia reconhecida nos registros da Companhia, é resultado da aquisição da empresa INNOVA S/A em 2014 e posterior incorporação, refere-se a ativos imobilizados no montante total de R\$ 203.479. Após a depreciação o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 70.329 (R\$ 83.134 em 2024).

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

CONTROLADORA	Saldos 31.12.2023	Transferência	Amortização	Saldos 31.12.2024	Transferência	Amortização	Saldos 31.12.2025
Software	2.761	1.797	(2.564)	1.994	45	(892)	1.147
Marcas, Direitos e Patentes	243	-	-	243	-	-	243
Ágio por expectativa de Rentabilidade Futura	243.866	-	-	243.866	-	-	243.866
Mais Valia	57	-	(39)	18	-	(18)	-
	246.927	1.797	(2.603)	246.121	45	(910)	245.256

CONSOLIDADO	Saldos 31.12.2024	Adição por Combinação Negócios (i)	Transferência	Amortização	Saldos 31.12.2025
Software	1.994	6.597	141	(1.795)	6.937
Marcas e carteira de clientes	243	62.826	-	-	63.069
Ágio por expectativa de Rentabilidade Futura	243.866	73.052	-	-	316.918
Mais Valia	18	-	-	(18)	-
	246.121	142.476	141	(1.813)	386.925

(i) Nas adições por Combinações de Negócios considera o valor da Mais Valia oriunda da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos na aquisição da Polo Films.

15.1 Ágio

O ágio registrado pela Companhia é decorrente das aquisições de controle da Innova S/A (2014) e da Polo Films (2025). Tais montantes fundamentam-se na expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e foram apurados nas respectivas datas das combinações de negócios, conforme demonstrado a seguir:

Custo de aquisição Innova	1.105.219
(-) Patrimônio Líquido da adquirida em 31/10/2014	(643.381)
(-) (Mais valia)	(217.972)
	243.866
Custo de aquisição Polo Films	596.118
(-) Patrimônio Líquido da adquirida em 31/05/2025	(318.947)
(-) (Mais valia)	(204.118)
	73.053

A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado tem a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicativos de perda de valor. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associados aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior. Na realização do estudo de recuperação do exercício não identificamos perda por redução ao valor recuperável.

As premissas utilizadas para teste de *impairment* consideraram taxa de crescimento na perpetuidade de 3% e taxa de desconto real de 14,1% num horizonte de 5 anos.

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Fornecedores nacionais	109.626	114.550	130.837
Fornecedores estrangeiros	123.920	253.050	136.586
	233.546	367.600	267.423

17 Empréstimos e financiamentos

A controlada possui linhas de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) como principal instrumento de financiamento às suas exportações. Estas operações são denominadas em Dólar norte-americano (US\$), apresentam prazo médio de vencimento de 180 dias e estão sujeitas a uma taxa média de juros de 5,6% a.a.

Movimentação dos empréstimos:

	Adição por combinação de negócios	Captação	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Juros e Variação cambial	Saldo Final
ACC	42.724	34.240	(63.730)	-	(5.530)	7.704
Total	42.724	34.240	(63.730)	-	(5.530)	7.704

18 Provisão para causas judiciais e depósitos

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia, foram constituídas provisões para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Tributárias	2.269	301	3.549
Trabalhistas	3.183	3.520	5.562
Cíveis (i)	65	62	65
	5.517	3.883	9.176

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Mais Valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.403	6.062	110	7.902	18.477
(+) Complemento de provisão	3.499	11.163	91	-	14.753
(-) Baixa de provisão	(6.268)	(10.018)	(139)	(7.902)	(24.327)
(-) Pagamentos realizados	(1.333)	(3.687)	-	-	(5.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	301	3.520	62	-	3.883
(+) Complemento de provisão	3.301	5.319	23	-	8.643
(-) Baixa de provisão	1.390	(7.163)	(20)	-	(5.793)
(-) Pagamentos/ (-) Recebimentos	(2.724)	1.508	-	-	(1.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.268	3.184	65	-	5.517
Combinação de negócios	1.281	2.378	-	-	3.659
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.549	5.562	65	-	9.176

Os principais processos são comentados a seguir:

Processos tributários

O prognóstico de perda possível referente a processos que não estão provisionados monta o valor de R\$ 560.619 (R\$ 637.834 em 2024). A redução do montante em relação ao ano anterior decorre, principalmente, da reclassificação da probabilidade de perda para 'remota' no processo nº 1504453-19.2023.8.26.0014, referente à Execução Fiscal movida pelo Estado de São Paulo vinculada ao auto de infração nº 4.078.672-9, considerando que há decisão em segunda instância, que adotou o entendimento favorável aos contribuintes firmado pelo STF em 2023 no âmbito da ADPF 1004. Os principais processos classificados com perda possível são:

- (i) processo nº 10283.724949/2021-66, referente ao auto de infração de valores supostamente deduzidos incorretamente na apuração do Lucro Real no montante de R\$ 249.797 (R\$ 232.933 em 2024);
- (ii) processo nº 2016.11209.12613.0.009414, referente ao auto de infração lavrado contra a empresa AMZ, incorporada pela Companhia, em função da cobrança de ISS sobre direitos autorais no montante de R\$ 200.438 (R\$ 150.283 em 2024);

A Companhia possui depósitos judiciais tributários registrados no montante de R\$ 3.949 (R\$ 3.910 em 2024). Os principais processos são:

- (i) processo nº 5000829-78.2023.4.04.7100, referente à Ação Anulatória movida pela Companhia contra auto de infração lavrado pela RFB por suposta compensação indevida de créditos de IPI, no valor de R\$ 555 (R\$ 555 em 2024);
- (ii) processo nº 5001280-64.2018.4.03.6144, referente a auto de infração sobre débitos de II e IPI, contando com dois depósitos distintos nos valores de R\$ 520 (R\$ 520 em 2024) e R\$ 425 (R\$ 425 em 2024);
- (iii) processo nº 001.2003.020195-1, referente à Execução Fiscal movida pelo Estado de Pernambuco relacionada ao auto de infração lavrado pelo fisco pernambucano sob a alegação de falta de recolhimento do ICMS devido por substituição tributária no valor de R\$ 402 (R\$ 402 em 2024).

Os processos cuja contingência está avaliada com perda provável estão provisionados no valor total de R\$ 2.268 (R\$ 1.695 em 2024). Os principais processos são:

- (i) processo nº 001.2003.020195-1, referente à Execução Fiscal movida pelo Estado de Pernambuco relacionada ao auto de infração lavrado pelo fisco pernambucano sob a alegação de falta de recolhimento do ICMS devido por substituição tributária no valor de R\$ 1.182 (constituído em 2025).
- (ii) processo nº 4.053.124-7, referente a auto de infração relacionado a emissão de documentos fiscais de ICMS-ST destinados ao Estado de São Paulo no valor de R\$ 1.086 (R\$ 1.086 em 2024);

Processos trabalhistas

A provisão para causas trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual dos processos de reclamações trabalhistas.

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, para as quais a perda possível está estimada em R\$ 15.392 (R\$ 14.491 em 2024), e a perda provável está provisionada no valor total de R\$ 3.184 (R\$ 3.520 em 2024).

Processos cíveis

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias.

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 4.308 (R\$ 11.437 em 2024) para as quais a perda é considerada possível. A redução do montante em relação ao ano anterior decorre, principalmente, da redução do valor do processo 0006284-22.2005.8.19.0203, que trata de cobrança de direitos patrimoniais, em razão de cálculos atualizados apresentados no processo.

O principal processo é o nº 0002404-77.2016.8.21.0139 ajuizado em decorrência de suposto vício no produto, com valor atualizado em R\$ 2.059 (R\$ 2.376 em 2024).

A provisão para causas cíveis corresponde a perdas estimadas relativas aos processos envolvendo principalmente discussões comerciais.

Depósitos judiciais

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.846	1.716	685	6.247
(+) Adição	4.318	996	446	5.760
(-) Baixa	(4.254)	(1.561)	(884)	(6.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.910	1.151	247	5.308
(+) Adição (i)	97	722	9	828
(-) Baixa	(60)	(925)	-	(985)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.949	948	255	5.151
Combinação de negócios	28	1.229	-	1.257
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.977	2.176	255	6.408

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 1.373.666, representado por 1.549.720 ações ordinárias.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial são provenientes de avaliações patrimoniais de terrenos e edificações disponíveis em Propriedade para Investimento e adoção do custo atribuído (*Deemed Cost*) sobre bens registrados no Imobilizado.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão realizados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que eles se referem. Não ocorreram movimentações do saldo do ajuste de avaliação patrimonial nos

exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao lucro do exercício no montante de R\$ 549.675 foi constituído R\$ 27.484 de reserva legal, totalizando R\$ 231.179 (R\$ 203.695 em 2024).

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) no mínimo 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios após a deliberação da Assembleia Geral.

Ao longo do exercício de 2025, a assembleia de acionistas aprovou a distribuição do montante de R\$1.200.000. Desse total, R\$ 1.115.000 são relativos a dividendos e os R\$ 85.000 referentes a JCP.

A movimentação dos dividendos é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Saldo em 1º de janeiro	4.274	74.861	4.274
(+) Dividendos distribuídos	1.115.000	357.365	1.115.000
(-) Pagamento de dividendos	(213.976)	(427.952)	(213.976)
	905.298	4.274	905.298

A movimentação dos juros sobre capital próprio é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Saldo em 1º de janeiro	1.191	1.191	1.191
(+) Juros sobre o capital próprio distribuído	85.000	-	85.000
(-) Pagamento de juros sobre capital próprio	(71.532)	-	(71.532)
(-) Imposto de renda retido na fonte	(13.124)	-	(13.124)
	1.535	1.191	1.535

e. Reserva de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2024 somava o montante de R\$ 1.197.651, sendo constituída por R\$ 1.056.613 de incentivos decorrentes de créditos presumidos de ICMS e outros R\$ 141.038 referentes ao incentivo fiscal de IRPJ (SUDAM).

Em 2025, foi transferido por meio de uma reversão parcial da Reserva de Incentivos Fiscais para a Reserva de Lucros o valor de R\$ 165.104 (R\$ 152.990 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, foi destinado o montante de R\$ 12.798 (R\$ 30.648 em 2024) para a constituição de reserva do incentivo fiscal relativo ao IRPJ totalizando o valor de R\$ 1.045.345 (R\$ 1.197.651 em 2024).

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f. Reserva de retenção de lucros

Em 2025, foi autorizada a distribuição de lucros no montante total de R\$ 1.200.000, sendo R\$ 1.115.000 sob a forma de dividendos e R\$ 85.000 como Juros sobre Capital Próprio (JCP), utilizando-se o saldo da reserva de lucros.

Em 2025, foi transferido por meio de uma reversão parcial da Reserva de Incentivos Fiscais para a Reserva de Lucros o valor de R\$ 165.104.

Foi constituída a reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 509.394 (R\$ 458.435 em 2024), totalizando o valor de R\$ 566.900 (R\$ 1.092.402 em 2024) à disposição dos acionistas.

g. Reserva de ágio na alienação de ações

Em agosto de 2020, a operação de alienação das ações em tesouraria gerou um resultado positivo (lucro), este crédito foi registrado como reserva de ágio na alienação de ações, no patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 1, não tendo variações desde então.

20 Outras obrigações

Nesse grupo estão registradas as contas oriundas da contratação de serviços de terceiros a pagar.

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Fretes sobre Vendas	15.985	14.573	18.185
Rebate	20.898	-	20.898
Serviços terceiros	2.022	5.303	2.022
Energia elétrica	2.673	3.049	5.552
Despesa de importação	5.759	1.863	5.759
Outros	1.462	1.014	1.467
	48.799	25.802	53.883
Benefício - Convênio médico Vitalício	2.999	3.204	2.999
Depósito caução (i)	-	1.164	-
Outros	795	921	805
	3.794	5.289	3.804
	52.593	31.091	57.687

- (i) Refere-se a depósito caução realizado com base em contratos de locação de imóveis detidos pela Companhia e classificados como Propriedades para Investimento – PPI. Os valores foram devolvidos no exercício de 2025 mediante a constituição de outro tipo de garantia.

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Receita operacional bruta	5.175.241	5.586.441	5.630.612
Tributos sobre vendas	(875.729)	(969.605)	(907.657)
Crédito de incentivos fiscais (i)	265.575	283.021	223.296
Devoluções	(29.589)	(19.405)	(44.836)
Pis/Cofins Subvenções (ii)	(3.206)	(26.206)	(3.206)
	4.532.292	4.854.246	4.898.209

- (i) Os incentivos fiscais são compostos por; Benefício do ICMS na saída de bens intermediários e Benefícios do FUNDOPEM/RS.
- (ii) As receitas de subvenções concedidas pelos Estados à Controlada, passaram a sofrer incidência das contribuições do PIS e da COFINS a partir de 01/01/2024, devido a publicação da Lei nº 14.789/2023, a qual revogou os dispositivos das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, que determinavam que tais receitas não integravam a base de cálculo das respectivas contribuições. Tal normativa, contudo, foi objeto de ações judiciais promovidas pela Innova, de modo que a apuração de referidos tributos não está sujeita à nova regra por força de decisão judicial, exceto as receitas oriundas do benefício concedido pelo estado do Amazonas exclusivamente no que se refere à base de cálculo do PIS/COFINS, que ainda está sub judice.

22 Custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Custo dos produtos vendidos	(3.322.214)	(3.531.252)	(3.584.136)
Custo de mercadoria revendidas	(15.592)	-	(18.323)
Gastos gerais de fabricação	(402.417)	(387.988)	(454.147)
Ociosidade na produção	(94.406)	(89.484)	(94.406)
Outros	(2.792)	(14.263)	1.473
	(3.837.421)	(4.022.987)	(4.149.539)

- (i) Os estoques incluem eliminações de lucros não realizados provenientes de transações entre empresas do grupo, ajustados ao custo médio incorrido pelo Grupo, conforme CPC 36 (R3).

23 Despesas administrativas e vendas

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Despesas Administrativas			
Despesas de folha de pagamento	(57.674)	(54.196)	(62.277)
Consultoria e assessoria	(9.960)	(14.816)	(11.002)
Depreciação e amortização	(5.325)	(6.047)	(5.837)
Honorários advocatícios	(4.686)	(3.564)	(5.026)
Licença de uso	(4.319)	(3.773)	(4.319)
Impostos e taxas (i)	7.066	(2.551)	7.060
Provisões (ii)	10.809	6.692	12.377

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas de viagens	(1.463)	(773)	(1.530)
Energia elétrica	(963)	(556)	(963)
Propaganda e publicidade	(834)	(696)	(855)
Manutenção e reparos	(666)	(837)	(676)
Conservação de ativos	(410)	(524)	(410)
Despesas de seguros	(325)	(402)	(325)
Fretes	(137)	(103)	(137)
Despesas de importação	(109)	(100)	(109)
Outros	(4.603)	(5.415)	(4.603)
	(73.599)	(87.660)	(78.632)
Despesas Comerciais			
Fretes	(137.138)	(148.846)	(151.904)
Rebate	(20.898)	-	(20.898)
Despesas de folha de pagamento	(21.500)	(18.603)	(26.261)
Impostos e taxas	(4.110)	(1.099)	(4.111)
Despesas de importação	(3.085)	(2.936)	(4.745)
Depreciação e amortização	(2.485)	(3.310)	(2.501)
Despesas de seguros	(870)	(940)	(1.121)
Despesas de viagens	(866)	(834)	(1.067)
Consultoria e assessoria	(557)	(741)	(598)
Energia elétrica	(381)	(245)	(380)
Manutenção e reparos	(203)	(171)	(202)
Conservação de ativos	(77)	(54)	(76)
Outros	(4.392)	(3.800)	(8.597)
	(196.562)	(181.579)	(222.461)
	(270.161)	(269.239)	(301.093)

- (i) Crédito tributário no valor de R\$ 8.214, referente a IPI sobre frete, reconhecido via ação judicial. Período de apuração: 06/2019 a 10/2025.
- (ii) Crédito a ser recebido pela Innova no montante de R\$ 14.382, reconhecido judicialmente por meio de ação de restituição movida contra a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, através da qual se discutiu a validade da taxa cobrada pelo órgão, com decisão totalmente favorável à Cia..

24 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Receitas operacionais			
Venda de sucata	2.597	5.739	2.505
Receita venda de ativos	19.762	-	19.762
Receita de locação	10.447	5.937	10.447
Recuperação de impostos	5.186	9.169	5.186
Ajuste a valor justo propriedade para investimento	14.088	(1.396)	14.087
Outros	3.030	2.904	3.632
	55.110	22.353	55.619
Despesas operacionais			
Rebate	-	(10.338)	-
Perdas com baixa de ativo	(7.725)	(1.614)	(7.731)
Indenizações	-	(934)	-

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros	(309)	(2.517)	645
	(8.034)	(15.403)	(7.086)
	47.076	6.950	48.533

25 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Receitas financeiras			
Juros e ganhos em aplicações financeiras	99.304	128.039	104.403
Variação monetária	6.789	10.665	6.789
Descontos obtidos	-	1	321
	106.093	138.705	111.513
Despesas financeiras			
Pis/Cofins s/ receitas financeiras	(4.933)	(6.450)	(4.932)
Juros sobre empréstimos e outros	(549)	(1.708)	(561)
Descontos concedidos	(1.980)	(2.003)	(10.059)
Despesas bancárias	(1.120)	(150)	(1.229)
Outras (i)	(11.898)	(12.598)	(12.620)
	(20.480)	(22.909)	(29.401)
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais ativas	54.154	36.569	53.966
Variação cambial passiva	(20.090)	(93.905)	(22.302)
	34.064	(57.336)	31.664
	119.677	58.460	113.776

(i) Deságio originado de operações de antecipações de recebíveis, justificado pela necessidade de transferir, sem direito de regresso, às instituições financeiras parte do risco de crédito de clientes.

26 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Créditos sobre prejuízo fiscal	-	-	69.943
Créditos sobre diferenças temporárias:			
Créditos sobre provisões	13.540	11.320	16.063
Total IRPJ e CSLL - Diferido Ativo	13.540	11.320	86.006
Ajuste de avaliação patrimonial	(194.793)	(186.471)	(194.793)
Imposto diferido sobre mais valia	(23.912)	(28.272)	(23.912)

Videolar-Innova S/A

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Propriedade para Investimento	(99.454)	(94.665)	(99.453)
Depreciação Societária x Fiscal	-	-	-
Total IRPJ e CSLL - Diferido Passivo	(318.159)	(309.408)	(318.158)
Total IRPJ e CSLL - Diferido Líquido	(304.619)	(298.088)	(232.152)

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui registrado, na rubrica de “Imposto de renda e contribuição social diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

Os tributos diferidos gerados por essas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Variações cambiais líquidas	1.143	5.390	1.143
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	313	358	873
Perdas estimadas para valores recuperáveis de estoques	1.800	2.846	3.220
Perdas estimadas diversas	8.408	1.405	9.330
Provisão para contingências judiciais	1.877	1.321	2.849
Total provisões (reversões)	13.541	11.320	17.415
Alíquota IR e CS - 25% e 9%	34%	34%	34%
IR/CS sobre diferenças temporárias	4.604	3.849	5.921

A Companhia, fundamentada nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2025 e 2024 e aprovados pela Diretoria, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporárias. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Em 2025, a Companhia utilizou todo o crédito tributário conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado
Anos	2025	2024	2025
Saldo Total do Prejuízo Fiscal	-	-	205.643
Diferido sobre o prejuízo fiscal	-	-	69.958
Alíquota Aplicada de IR e CS - 25% e 9%	34%	34%	34%
Estimativa de Recuperação para os próximos anos	Controladora		Consolidado
2024	-	-	-
2025	-	-	-
2026	-	-	69.958

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos

A reconciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no montante de R\$ 51.748 (R\$ 129.401 em 2024) estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	607.842	624.079	601.423
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	206.666	212.187	204.484
Adições / Exclusões			
Incentivos de Subvenções	(275.826)	(165.762)	(275.826)
Depreciação	(24.474)	(78.972)	(24.474)
Ajuste Avaliação - PPI	(14.087)	1.396	(14.087)
Diferenças temporárias	8.548	(16.629)	8.548
Diferenças permanentes	(108.607)	2.069	(108.607)
Variação Cambial	(10.676)	17.538	(10.676)
Provisão p/ Devedores Duvidosos	2.118	2.311	2.118
Movimentação de prejuízo fiscal	(1.801)	(79.304)	(1.801)
Movimentação da base negativa	(2.131)	(64.904)	(2.131)
Base do Imposto de renda	183.039	306.725	183.039
Base da Contribuição social	182.709	321.126	182.709
Programa de Alimentação do Trabalhador	(1.098)	(1.191)	(1.098)
Gastos com - Empresa Cidadã	(69)	(93)	(69)
Patrocínios/ Doações - Lei roaunet	(940)	(370)	(940)
Isenção e Redução - lucro da exploração	(12.798)	(30.648)	(12.798)
Imposto de renda corrente	(30.831)	(44.355)	(30.831)
Contribuição social corrente	(16.444)	(28.901)	(16.444)
Contribuição social exercícios anteriores	-	(545)	-
IRPJ a Recuperar Subvenção	-	20.147	-
Total Imposto de Renda e Contribuição Social exercício	(47.276)	(53.655)	(47.276)
Alíquota efetiva	25,83%	17,49%	25,83%
Variação Cambial	(4.247)	6.732	(4.247)
Provisão p/ Devedores Duvidosos	(45)	(21)	(2.578)
Depreciação	(8.321)	(29.759)	(8.321)
Diferenças temporárias	6.513	(2.935)	5.725
Ajuste Avaliação - PPI	(4.790)	475	(4.790)
Movimentação de prejuízo fiscal (i)	-	(30.092)	9.739
Total Imposto de renda e contribuição social diferido	(10.891)	(55.600)	(4.472)

(i) A movimentação do prejuízo fiscal é relativa ao prejuízo fiscal compensado no exercício.

c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Imposto de renda s/ aplicação financeira	8.488	6.610	9.907
Imposto de renda e contribuição social exerc. anteriores	7.518	10.086	7.635
IRPJ a recuperar subvenção	20.147	20.147	20.147
	36.153	36.843	37.689

27 Informações sobre partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são: Matsukawa Holding Co LLP, Emtec Participações Ltda e Mais Films Holding S.A.

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 9.600, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de fevereiro de 2025.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 7.257 (R\$ 7.255 em 2024).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

A Companhia realiza transações com partes relacionadas que incluem sua controlada: Mais Films Holding S.A.

Essas transações são realizadas no curso normal dos negócios.

Mais Films Holding S.A.	2025
Ativo Circulante	
Contas a receber de clientes	
POLO FILMS INDUSTRIA E COMERCIO S/A	14.761
Total do ativo circulante	14.761
Resultado do exercício	
Receita	
POLO FILMS INDUSTRIA E COMERCIO S/A	40.730
Total do resultado do exercício	40.730

As transações entre as partes relacionadas foram transacionadas em condições pactuadas entre as partes.

28 Instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais estão incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

(b) Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Caixa e equivalentes de caixa	493.768	810.247	516.207
Contas a Receber	833.482	945.152	883.585
Outras contas a receber	27.117	6.377	28.803
	1.354.367	1.761.776	1.428.595

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda de crédito esperada, o detalhamento está contido na Nota explicativa 9 - Contas a receber.

(d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação, portanto podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

Fluxo de caixa contratual						
	Valor contábil	Total	Até 1 ano	2-3 anos	4 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	267.423	267.423	267.423	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.704	7.704	7.704	-	-	-
Arrendamentos	6.082	6.082	735	5.347	-	-
Dividendos e JCP a pagar	906.833	906.833	306.833	600.000	-	-
	1.188.042	1.188.042	582.695	605.347	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

(e) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras remuneradas à variação da taxa de juros CDI. Em 31 de dezembro de 2025, esses ativos somam o valor de R\$ 498.595 (R\$ 807.268 em 2024).

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Instrumento de taxa variável			
Aplicação financeira	482.480	807.234	498.595
	482.480	807.234	498.595

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia utiliza a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI/SELIC de 14,90% para o ano de 2026, ante a taxa média efetiva de 14,32% verificada no ano de 2025.

	Cenário provável	Cenário I - redução de 25%	Cenário II - redução de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2025	14,32%	14,32%	14,32%
Aplicações financeiras	498.595	498.595	498.595
Taxa anual estimada do CDI 12 meses	14,90%	11,18%	7,45%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	2.892	(15.681)	(34.253)

Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem a exposição a moeda estrangeira. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a qual considera os valores patrimoniais de fornecedores estrangeiros:

		Controladora				Consolidado	
		2025				2025	
		Valor nominal moeda estrangeira \$		Valor nominal moeda estrangeira \$		Valor nominal moeda estrangeira \$	
Taxa do dólar			R\$		R\$		R\$
Fornecedores Estrangeiros	USD	22.237	122.355	40.625	231.563	23.029	126.712
Fornecedores Estrangeiros	EUR	242	1.564	232	1.464	1.508	9.753
Fornecedores Estrangeiros	GBP	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	USD	-	-	-	-	1.400	7.704

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

Análise de sensibilidade cambial

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do Real na paridade do Dólar e do Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2025 de R\$ 5,5024 por US\$ 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

Cenário 1: (25% de valorização do real);

Cenário 2: (50% de valorização do real);

Cenário 3: (25% de desvalorização do real);

Cenário 4: (50% de desvalorização do real);

Risco: Flutuação do dólar

	Valor de referência US\$	Receita (despesa) com variação cambial em R\$			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Taxa do dólar		4,1268	2,7512	6,8780	8,2536
Fornecedores Estrangeiros	23.029	31.679	63.357	(31.679)	(63.357)
Empréstimos e financiamentos	1.400	1.926	3.852	(1.926)	(3.852)
Resultado financeiros – receita/ (despesa)		33.604	67.209	(33.604)	(67.209)

(f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(g) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo ("Fair Value"), incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2025:

	Classificação	Valor contábil Consolidado	Valor justo Consolidado
		2025	2025
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	17.612	17.612
Aplicações financeiras	Custo amortizado	498.595	498.595
Contas a receber	Custo amortizado	883.585	883.585
Outras contas a receber	Custo amortizado	28.803	28.803
Total		1.428.595	1.428.595

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Valor contábil	Valor justo
		Consolidado	Consolidado
		2025	2025
Classificação			
Passivos financeiros			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	267.423	267.423
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	7.704	7.704
Arrendamentos	Outros passivos financeiros	6.082	6.082
		281.209	281.209

Em 31 de dezembro de 2024:

		Valor contábil	Valor justo
		2024	2024
Classificação			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3.013	3.013
Aplicações financeiras	Custo amortizado	807.234	807.234
Contas a receber	Custo amortizado	945.152	945.152
Outras contas a receber	Custo amortizado	6.377	6.377
Total		1.761.776	1.761.776
Passivos financeiros			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	367.600	367.600
Total		367.600	367.600

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

Gerenciamento de capital

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

29 Cobertura de seguros 2025/2026 (Não auditado)

A Companhia mantém apólices de seguro com seguradoras de primeira linha para a cobertura de seus ativos e responsabilidades contra riscos específicos, conforme a avaliação da Administração. Os principais riscos cobertos incluem danos físicos em ativos fixos, estoques, lucros cessantes e responsabilidade civil geral.

Os valores relativos aos prêmios de seguro pagos ou a pagar são registrados como Ativo Circulante na rubrica de Despesas Antecipadas. E a apropriação do custo do seguro (prêmio) é realizada pelo regime de competência, sendo reconhecida na Demonstração do Resultado pelo custo no período a que se refere a cobertura do seguro.

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cobertura para o seguro de vida em grupo dos funcionários tem como múltiplo salarial de 18 vezes, limitados a R\$ 1.000 de cobertura.

Seguro de Riscos diversos

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Riscos Operacionais			
Danos materiais	3.332.855	3.572.040	3.332.855
Lucros cessantes	320.000	320.000	320.000
Riscos Nomeados			
Danos materiais	1.457.964	1.577.939	1.457.964
Lucros cessantes	280.000	280.000	280.000
Responsabilidade civil			
Geral	75.000	75.000	75.000
Ambientais	150.000	150.000	150.000
Seguro D&O	120.000	120.000	120.000
Seguro Aeronáuticos			
Casco & responsabilidade civil	159.300	189.807	159.300
RETA	1.866	1.999	1.866

- (i) Os seguros de responsabilidade civil da Innova foram estendidos para cobrir a operação da Polo Films que entrou como subsidiária.

Seguro de Transporte

Os valores relativos aos prêmios de seguro de transportes estão apresentados em USD.

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Nacional			
Embarque terrestre	3.000	3.000	3.800
Embarque aéreo e aquaviário	35.000	35.000	35.000
Transferência de monômero entre unidades	100.000	100.000	100.000
Importação			
Monômero de estireno e Poliestireno (a granel)	55.000	55.000	57.000
Demais mercadorias por veículo/viagem aquaviária	11.000	11.000	11.000
Transporte aéreo das demais mercadorias por veículo/ aquaviária ou rodoviária	5.000	5.000	5.000
Exportação			
Etilbenzeno e estireno	10.000	10.000	11.000
Demais mercadorias por veículo/ embarcação/ aeronave/ viagem ou acúmulo	1.000	1.000	1.000

- (ii) Os seguros de transportes da Innova foram estendidos para cobrir a operação da Polo Films que entrou como subsidiária.

Videolar-Innova S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

* * *

Diretoria

Lirio Albino Parisotto
Diretor Presidente

Reinaldo José Kröger
Diretor Vice-Presidente

Claudio da Rocha Filho
Diretor de Operações

Christian Barg
Diretor Industrial

José Lemos de Carvalho Junior
Diretor Financeiro

Conselho de Administração

Lírio Albino Parisotto

Elie Linetzky Waitzberg

Liz Vanin Parisotto de Gregori

Raphael David Wojdyslawski

Luiz Fernando Furlan

Contadora

Simone Cristiane Lirussi dos Santos
CRC/1SP 272582/O-7

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 7A9E388D-DAF8-4C75-A8CD-DDDD584303F4

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: DF_VIDEOLARINNOVA25.DEZ .pdf, Demonstrações Financeiras 2025 - Videola...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 75

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Stephany Meneses

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

stephany.meneses@pwc.com

Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Stephany Meneses

Local: DocuSign

22 de janeiro de 2026 | 19:52

stephany.meneses@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

22 de janeiro de 2026 | 20:01

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Assinatura

Registro de hora e data

Daniel Rodrigues de Oliveira

ID: 315.744.238-43

Cargo do Signatário: Sócio de auditoria

daniel.oliveira@pwc.com

Partner

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SERASA RFB v5

CPF do signatário: 31574423843

Cargo do Signatário: Sócio de auditoria

Assunto: CN=DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA:31574423843

DocuSigned by:

Daniel Rodrigues de Oliveira

C8823729214040B...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.160.144

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://publicacao.certificadodigital.com.br/epositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf>

Enviado: 22 de janeiro de 2026 | 19:57

Visualizado: 22 de janeiro de 2026 | 19:58

Assinado: 22 de janeiro de 2026 | 20:01

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Stephany Meneses stephany.meneses@pwc.com Gerente de auditoria PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 22 de janeiro de 2026 20:01 Reenviado: 22 de janeiro de 2026 20:01
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	22 de janeiro de 2026 19:57
Entrega certificada	Segurança verificada	22 de janeiro de 2026 19:58
Assinatura concluída	Segurança verificada	22 de janeiro de 2026 20:01
Concluído	Segurança verificada	22 de janeiro de 2026 20:01

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------